



# Rede SIC-PR

## Boletim nº 32 – Agosto e Setembro de 2025

Nesta edição nº 32 do Boletim Rede SIC-PR da Secretaria de Controle Interno, elaborado pela Coordenação-Geral de Acesso à Informação da Ouvidoria-Geral (OUVPR), destacamos o direito de acesso à informação como um direito humano fundamental e trazemos informações sobre o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação.

### Vamos falar sobre a LAI ?

O acesso universal à informação é um direito humano fundamental. Nesse sentido, existem dispositivos que garantem o acesso e dispositivos que punem a negativa indevida de acesso à informação.

O art. 21 é um dispositivo que merece destaque na LAI. É ele que traz a relevância da nossa lei de acesso à informação e sua conformidade com essa visão de que o acesso à informação é um direito humano fundamental

***Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.***

***Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.***

### A LAI NA PRÁTICA!

Em decisão contida no Inquérito 4.927 DF, o Supremo Tribunal Federal decidiu, com base no art. 21 da LAI e na Constituição Federal, pela liberação das imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça registradas no dia 8 de janeiro de 2023:

***“A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade, conforme destaquei no julgamento unânime por esta SUPREMA CORTE, em 15-03-2021, das ADPFs 690, 691 e 692, todas de minha relatoria, em especial àquelas necessárias à tutela jurisdicional dos direitos fundamentais.***

***O art. 21 da Lei nº 12.527/2011 bem especifica a não aplicabilidade de sigilo nessas hipóteses:***

**Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.**

**Nesse sentido, como bem destacado pelo sempre decano desta SUPREMA CORTE, Ministro CELSO DE MELLO, na decisão proferida em 22/05/2020, no Inq. 4831/DF:**

**“Ao dessacralizar o mistério e o segredo, a Assembleia Constituinte restaurou velho dogma republicano e expôs o Estado, em plenitude, ao princípio democrático da publicidade, convertido, em sua expressão concreta, em fator de legitimação das decisões, das práticas e dos atos governamentais, tornando possível a caracterização da ordem democrática como um regime do poder visível, ou, na lição expressiva de BOBBIO (“op. cit.”, p. 86), como “um modelo ideal do governo público em público”.**

**A fundamentalidade político-jurídica desse princípio – que traduz uma das projeções caracterizadoras do próprio regime democrático – adquiriu expressão concreta, no plano da legislação ordinária, com o advento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que erigiu os postulados da transparência administrativa (art. 3º, inciso I) e do controle social da administração pública (art. 3º, inciso V) como diretrizes essenciais à plena eficácia do direito fundamental de acesso à informação (CF, art. 5º, inciso XXXIII, c/c o art. 37, § 3º, inciso II, e o art. 216, § 2º).**

**Disso decorre que se consagrou, de uma vez por todas, no domínio infraconstitucional, aquilo que já se achava explícito na Carta Política de 1988, que proclama, de um lado, a transparência e o dogma do poder visível como regra geral e prevalente e qualifica, de outro, a cláusula de sigilo com a nota de absoluta excepcionalidade.**

**Cabe destacar, bem por isso, que a Lei nº 12.527/2011, ao definir, em caráter exaustivo, as hipóteses em que se poderá legitimamente negar acesso à informação em posse do Estado, objetivou restringir, validamente, o conhecimento de tal dado informativo, em ordem a limitá-lo, tão somente, a determinados agentes estatais que atuam na intimidade do Poder, desde que se observe, no entanto, o procedimento instituído pelo diploma normativo em questão”.**

## DATA COMEMORATIVA

Este ano, a UNESCO comemora o 10º aniversário da designação do dia 28 de setembro como Dia Internacional do Acesso Universal à Informação com o tema **“Garantir o Acesso à Informação Ambiental na Era Digital”**. O tema traz uma reflexão sobre a última década quanto a avanços e desafios relacionados ao direito à informação ao redor do mundo.

A discussão proposta pela UNESCO para 2025 enfatiza como as tecnologias digitais e as plataformas de dados abertos podem aprimorar o acesso público, a transparência e estimular a sociedade civil a participar de forma efetiva no desenvolvimento de iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade.

No próximo boletim traremos novidades e informações que podem auxiliar o Serviços de Informações a Cidadão da Presidência e Vice-Presidência na elaboração de suas respostas e na inclusão de dados e conteúdos relevantes para o cidadão em transparência ativa.

## ACESSE TAMBÉM

Acesse a íntegra da decisão do STF clicando na figura abaixo:



Acesse nossa campanha em comemoração ao dia 28 de setembro clicando na figura abaixo:



DÚVIDAS, SUGESTÕES OU BOAS PRÁTICAS?

Entre em contato com a Coordenação-Geral de Acesso à Informação  
[cgai@presidencia.gov.br](mailto:cgai@presidencia.gov.br)

